



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 179/2012

E D I T A L

(Processo nº 029.029/11-2)

A UNIÃO, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, doravante denominado SENADO, e este Pregoeiro, designado pela Portaria do Presidente do Senado Federal nº 03, de 2012, tornam pública, para conhecimento das empresas interessadas, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 5.450/2005, bem como da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, do Ato da Comissão Diretora nº 10/2010 e tendo em vista o que consta do Processo nº 029.029/11-2, a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL ANUAL**, destinada à **prestação de serviços para execução de projeto, instalação, retirada, remanejamento e manutenção de cabos de par trançado e cabos de fibra óptica do sistema de cabeamento da Rede Local do Senado Federal, e de cabos de áudio e vídeo do Sistema de Voz e Imagem dos Plenários (Sistema VIP) em todo o complexo predial do Senado Federal, residências dos Senadores e residência oficial do Presidente do Senado Federal.**

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico COMPRASNET.

DATA: 04/10/2012.

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 9:30hs.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasnet.gov.br

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes no site www.comprasnet.gov.br.

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1.1 - O presente pregão tem por objeto a prestação de serviços para execução de projeto, instalação, retirada, remanejamento e manutenção de cabos de par



SENADO FEDERAL

trançado e cabos de fibra óptica do sistema de cabeamento da Rede Local do Senado Federal, e de cabos de áudio e vídeo do Sistema de Voz e Imagem dos Plenários (Sistema VIP) em todo o complexo predial do Senado Federal, residências dos Senadores, localizadas nos blocos 'C', 'G' e 'D' da Superquadra 309 Sul e residência oficial do Presidente do Senado Federal, durante 12 (doze) meses consecutivos, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.

1.1.1 – Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT/CATSER e as constantes deste edital prevalecerão as últimas.

CAPÍTULO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

2.1 – Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do site www.comprasnet.gov.br.

2.1.1 – Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.2 – O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao SENADO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2 - Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo, e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

2.3 – Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, consórcios de empresas ou empresas que, por qualquer motivo, estejam punidas com a suspensão do direito de licitar ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou distrital, bem como as pessoas elencadas no art. 9º da Lei nº 8.666/1993, além das empresas que se encontrem em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO III - DA VISTORIA

3.1 – A licitante interessada em participar deste Pregão, mediante prévio agendamento, deverá realizar vistoria técnica com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, contados da data marcada para a sessão pública, para conhecer os locais onde serão executados os serviços, com vistas a obter todas as informações necessárias à elaboração de sua proposta, devendo, nesta ocasião, esclarecer todas as dúvidas porventura existentes.

3.1.1 – Para agendar a vistoria, os interessados deverão procurar o Serviço de Manutenção da Infra-estrutura Predial – SIEP, sito à Via N-2, Anexo “C” do Senado Federal, em Brasília-DF, de segunda a sexta-feira, de 8h às 16h, ou através dos telefones 3303-3700 ou 3303-3709.

3.1.2 – Quando da realização da vistoria, os interessados terão acesso a todas as instalações do SENADO, PRODASEN e residência dos Senadores, acompanhados de servidor do SIEP, devendo, nesta ocasião:

- a) Verificar as características dos prédios envolvidos, as áreas de acesso, circulação, estacionamentos para embarque e desembarque, normas de segurança e outras informações que se fizerem necessárias;
- b) Verificar as galerias, os locais de instalação de cabos e equipamentos, os caminhos (dutos e bandejas) já existentes;
- c) Verificar os Centros de Cabeamento (*Wiring Closets*) e o padrão de acabamento das conectorizações e identificações da rede de cabos;
- d) Verificar as características locais para a realização dos serviços em ambiente de escritório em atividade, dos cuidados e da necessidade de proteção de carpetes, vidros, objetos e equipamentos;
- e) Tomar conhecimento de todas as plantas necessárias para a execução dos serviços;
- f) Avaliar os meios físicos dos links de rede, tais como: cabos óticos de interligação dos centros de distribuição (*wiring closets*), cabeação metálica STP, UTP e coaxial, identificando as dificuldades para execução de serviços de lançamento, retirada e remanejamento.

3.1.3 – Não será realizada vistoria sem prévio agendamento ou fora do prazo estabelecido.

3.1.4 – A vistoria deverá ser realizada por responsável técnico ou representante da pessoa jurídica interessada em participar da licitação, que deverá comparecer municiado de identificação pessoal e do comprovante de vínculo com a empresa e será acompanhada por técnico do PRODASEN.



SENADO FEDERAL

3.1.4.1 – A comprovação do vínculo poderá ser feita através do contrato de trabalho, contrato provisório de trabalho, contrato de prestação de serviço ou contrato social da empresa (no caso de sócio ou gerente).

3.1.4.2 – Caso o vistoriador não atenda aos requisitos do item 3.1.4.1 não será executada a vistoria.

3.2 – Realizada a vistoria, a licitante receberá o Certificado de Vistoria, em 2 (duas) vias de igual teor, assinadas pelas partes interessadas, emitido pelo PRODASEN.

3.3 – A apresentação do Atestado de Vistoria será obrigatória na fase de habilitação do certame.

CAPÍTULO IV – DA PROPOSTA

4.1 - A licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.2 – A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o preço unitário de 1 (uma) “Unidade de Serviço – US” (que será utilizado para o cálculo do pagamento mensal a ser efetuado à CONTRATADA, em função da quantidade de “Unidades de Serviço – US” executadas e aceitas no período), total de “US” estimadas e total da proposta, expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

4.2.1 – O arredondamento de valores e preços da presente licitação reger-se-á da seguinte forma, nos termos do Ato do Primeiro-Secretário nº 20/2010:

a) para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais.

b) quando a casa decimal imediatamente posterior à definida na letra ‘a’ for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada.

4.2.2 – A licitante deverá informar os valores de todos os itens constantes da cláusula quarta da minuta de contrato, compondo o valor global da proposta.



SENADO FEDERAL

4.3 – No campo “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado”, deverão ser prestados todos os demais esclarecimentos necessários ao perfeito detalhamento do objeto.

4.3.1 – Prazo de início da execução dos serviços se dará no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da assinatura do contrato.

4.3.2 – Prazo de garantia – a licitante vencedora deverá providenciar o certificado de garantia estendida de 25 anos, fornecido pelo fabricante dos materiais de cabeamento, após a instalação e certificação dos pontos de cabeamento, para as novas instalações e ambientes reformados, onde a instalação esteja a cargo da licitante vencedora.

4.3.2.1 – Caso seja constatado qualquer defeito, provocado por instalação ou retirada indevidas, remanejamentos ou transporte inadequados, o licitante vencedor arcará com todos os custos necessários à sua correção, incluindo a substituição do objeto danificado, sem qualquer ônus para o Senado Federal.

4.4 – A omissão dos prazos fixados no subitem anterior implica a aceitação dos prazos indicados neste edital.

4.5 – A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

4.6 – A licitante que se enquadre na definição de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá declarar em campo próprio do sistema.

4.7 – A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

4.8 – As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

4.8.1 – Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

4.8.2 – Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.



SENADO FEDERAL

4.9 – As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

4.9.1 – Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

4.10 – A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

CAPÍTULO V – DA SESSÃO PÚBLICA

5.1 - A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no site www.comprasnet.gov.br.

5.2 - Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

5.3 - Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

5.4 – Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

5.5 – No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no site www.comprasnet.gov.br.

CAPÍTULO VI – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1 – O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

6.2 - Somente as licitantes com propostas apresentadas classificadas participarão da fase dos lances.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO VII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 – Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

7.2 – A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

7.3 – Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

7.4 – Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.

7.5 - Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

7.6 - Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

7.7 - O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta minutos), aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

CAPÍTULO VIII – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E SOCIEDADES COOPERATIVAS

8.1 - Havendo participação de microempresas, empresas de pequeno porte e/ou sociedades cooperativas na sessão de lances, serão observados, antes da declaração da licitante vencedora, os critérios de preferência estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

8.1.1 - Encerrada a fase de ofertas de lances, caso a melhor proposta não tenha sido ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa e houver proposta apresentada por alguma(s) dessas pessoas jurídicas, com valor até 5% (cinco por cento) superior à menor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa será convocada a apresentar nova proposta inferior àquela considerada



SENADO FEDERAL

vencedora do certame, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas às exigências habilitatórias, será adjudicado a seu favor o objeto desta licitação;

b) não sendo vencedora a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa a mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite fixado no “caput” deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.1.2 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

CAPÍTULO IX – DO JULGAMENTO

9.1 – O critério de julgamento adotado será o de **menor preço global anual**.

CAPÍTULO X – DA NEGOCIAÇÃO

10.1 – Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

10.1.1 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

CAPÍTULO XI – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

11.1 - O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o reenvio de sua proposta de preço devidamente adequada ao último lance via fac-símile, para o número **(61) 3303-1068**, ou para o endereço eletrônico **copeli@senado.gov.br**, cujo prazo máximo para atendimento será de **60 (sessenta) minutos**, contados da solicitação.

11.1.1 – A proposta de preços deverá ser formatada conforme modelo constante do Anexo 5 deste edital, e estar acompanhada do instrumento de outorga de poderes ao representante legal da empresa que assinará o contrato.



SENADO FEDERAL

11.2 – Os documentos remetidos via fac-símile ou por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da solicitação do Pregoeiro, a **Secretaria da Comissão Permanente de Licitação do Senado Federal**, situada na **Via N2, Unidade de Apoio II, CEP 70.165-900, Brasília-DF**.

11.3 – A licitante detentora da proposta mais bem classificada que deixar de atender à solicitação prevista neste Capítulo, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.4 – O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência (Anexo 01), com o valor estimado, bem como sua adequação às especificações técnicas do objeto.

11.4.1 - O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta.

11.4.2 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital.

11.4.3 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

CAPÍTULO XII – DA HABILITAÇÃO

12.1 – A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, do Nível I ao Nível IV do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação complementar especificada neste edital.

12.2 – As licitantes que não atenderem às exigências do Cadastro de Pessoa Jurídica, do Nível I ao Nível IV, do SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências.

12.3 – As licitantes deverão apresentar a seguinte documentação complementar:

12.3.1 - CAPACIDADE TÉCNICA:

- a. **Atestado de Capacidade Técnica**, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado para a qual a empresa tenha prestado serviço de cabeamento, de forma satisfatória, compatível em características e quantidades descritas neste edital, assim entendidas: instalação e manutenção de Sistema de Cabeamento



SENADO FEDERAL

Estruturado com pelo menos 10.000 (dez mil) pontos, acompanhado de cópias das respectivas anotações de Responsabilidade Técnica – ART registrada no CREA, não se admitindo somar os pontos de diferentes atestados.

- b. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica** expedida pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA da região onde se situa a sede da empresa ou sua filial, em nome da licitante e do responsável técnico responsável pela execução do objeto a ser contratado, que deverá ter nível de escolaridade superior nas áreas de Engenharia Elétrica ou de Redes e pertencer ao quadro permanente da empresa ou que possua vínculo contratual com a mesma na data de abertura da licitação, nos termos do § 10º do art. 30 da lei 8.666/1993.

b.1. A comprovação de que o profissional pertence ao quadro permanente da empresa ou que possua vínculo contratual com a mesma poderá ser realizada mediante a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), ou da ficha de registro de empregado, ou do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio ou de contrato de prestação de serviço.

- c.** Apresentar documento emitido pelo fabricante de material de rede, AMP, comprovando que a empresa **é instalador credenciado AMP** e está apta a fornecer o certificado de garantia de 25 (vinte e cinco) anos para o sistema de cabeamento instalado e certificado.

12.3.2 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a.** comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, informados pelo SICAF, for igual ou inferior a 1 (um).
- b.** Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Execução Patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

12.3.3 – REGULARIDADE TRABALHISTA:

- a.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.



SENADO FEDERAL

12.3.4 – OUTROS DOCUMENTOS:

- a. A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação:
 - a.1. Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
 - a.2. Declaração de inexistência de fato impeditivo, nos termos do § 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/1993;
 - a.3. Declaração de Proposta Independente (DPI).
 - a.4. **Atestado de Vistoria**, nos termos do Capítulo III deste edital.

12.4 - Os documentos que não estejam contemplados no SICAF deverão ser remetidos via fac-símile, para o número **(61) 3303-1068**, ou para o endereço eletrônico **copeli@senado.gov.br** no prazo de **60 (sessenta) minutos**, contados da solicitação do Pregoeiro.

12.4.1 - Os documentos remetidos via fac-símile ou por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da solicitação do Pregoeiro, a **Secretaria da Comissão Permanente de Licitação do Senado Federal**, situada na **Via N2, Unidade de Apoio II, CEP 70.165-900, Brasília-DF**.

12.5 – Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição do CNPJ.

12.6 – Caso a licitante tenha mais de um domicílio, deverá apresentar documentos para habilitação relativamente a apenas um deles, com mesmo CNPJ.

12.6.1 – Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica a regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza são emitidos somente em nome da matriz.

12.7 – O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes, constituindo meio legal de prova as informações obtidas pelo Pregoeiro.



SENADO FEDERAL

12.8 – As microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

12.8.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

12.8.2 - A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

12.9 - O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

12.9.1 - Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

CAPÍTULO XIII – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

13.1 – Se a proposta não for aceitável ou, ainda, se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

13.2 – Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

CAPÍTULO XIV – DO RECURSO

14.1 – Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo de **20 (vinte) minutos**, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

14.1.1 – A falta de manifestação motivada no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora.



SENADO FEDERAL

14.1.2 – O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

14.1.3 – A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo intimadas a apresentar contra-razões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

14.1.4 – Não será admitida intenção de recurso de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação da licitante.

14.2 - Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contra-razões de recurso, à licitante interessada será assegurada vista imediata dos elementos necessários à defesa de seus interesses.

14.3 – Admitido o recurso, caso o pregoeiro mantenha a sua decisão, será o mesmo apreciado pela autoridade competente.

14.4 - Os recursos apresentados pelas licitantes serão dirigidos, por intermédio do Pregoeiro, ao Senhor Diretor-Geral Adjunto, nos termos do art. 10 do Regulamento de Compras e Contratações do SENADO aprovado pelo Ato nº 10/2010 da Comissão Diretora c/c o art. 4.º, incisos XVIII, XIX, XX e XXI, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002.

14.5 – O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

CAPÍTULO XV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1 – O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá ao Diretor-Geral Adjunto do Senado Federal.

15.2 – A homologação deste Pregão compete à Diretora-Geral do Senado Federal.

15.3 – O objeto deste Pregão será adjudicado globalmente à vencedora do certame.

CAPÍTULO XVI – DA ASSINATURA DO CONTRATO

16.1 – Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.



SENADO FEDERAL

16.1.1 – O não comparecimento da licitante no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a convocar outra licitante para assumir o objeto da licitação e, após negociação e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, assinar o respectivo contrato, obedecida a ordem de classificação.

16.2 – Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

CAPÍTULO XVII – DAS PENALIDADES

17.1 – A licitante que, convocada para assinar o contrato, no prazo estabelecido no item 16.1, ficará sujeita à multa de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor global, caso se recuse ao cumprimento desse procedimento nesse prazo, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei.

17.2 - As licitantes subseqüentes, na hipótese de aceitarem a convocação prevista no subitem 16.1.1, e, posteriormente, recusarem-se a assinar o contrato, ficarão também sujeitas às sanções referidas no item 17.1.

17.3 - Se a licitante e/ou contratada deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, fraudar o processo licitatório, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União e, será descredenciada no SICAF ou do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

17.3.1 – No caso de entrega ou apresentação de documentação falsa exigida para o certame, não manutenção da proposta, fraude na execução do contrato, comportamento inidôneo ou de cometimento de fraude fiscal, ficará a contratada ou licitante, conforme o caso, sujeita à aplicação de multa de 10% sobre:

- a) o valor total do ajuste, se contratada; e
- b) o valor total de sua proposta, se licitante.

17.4 - Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO XVIII – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

18.1 – Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão, mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico copeli@senado.gov.br.

18.2 – O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

18.3 – Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

18.4 – Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico copeli@senado.gov.br.

18.5 – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.

CAPÍTULO XIX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 – O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

19.2 - Integram este edital os seguintes anexos:

- a)** Anexo 1 (Termo de Referência);
- b)** Anexo 2 (Relação entre a demanda prevista e a quantidade de serviço a ser contratada);
- b)** Anexo 3 (Especificações Técnicas);
- c)** Anexo 4 (Minuta de Contrato); e
- d)** Anexo 5 (Modelo de Apresentação de Proposta).
- e)** Anexo 6 (Ato da Comissão Diretora nº 30, de 2002).

19.3 - É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova as informações obtidas pelo Pregoeiro.



SENADO FEDERAL

19.4 – No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

19.5 – As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

19.6 - As demais disposições obrigatórias definidas nos incisos do art. 40 da Lei nº 8.666/1993 estão previstas nos anexos deste edital.

19.7 - Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

CAPÍTULO XX – DO FORO

20.1 - Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão, que não possa ser resolvida administrativamente, fica eleito o foro da Justiça Federal, na cidade de Brasília, Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.

Brasília, 20 de setembro de 2012.

RONALDO WAGNER CARMONA
Pregoeiro



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 179/2012

(Processo nº 029.029/11-2)

ANEXO 1

TERMO DE REFERÊNCIA	
OBJETO	Prestação de serviços para execução de projeto, instalação, retirada, remanejamento e manutenção de cabos de par trançado e cabos de fibra óptica do sistema de cabeamento da Rede Local do Senado Federal, e de cabos de áudio e vídeo do Sistema de Voz e Imagem dos Plenários (Sistema VIP) em todo o complexo predial do Senado Federal, residências dos Senadores, localizadas nos blocos 'C', 'G' e 'D' da Superquadra 309 Sul e residência oficial do Presidente do Senado Federal.
OBJETIVO	Manter a Rede Local e Sistema VIP do SENADO atualizados e atender às demandas por manutenção, remanejamentos e instalação de novos pontos com a agilidade necessária.
QUANTIDADE ESTIMADA DE UNIDADES DE SERVIÇO (US)	Quantidade Mensal – 820 US Quantidade Anual – 9.840 US Unidade de serviço (US) – critério utilizado para fins de quantificação dos diversos tipos de serviço, considerando sua complexidade.
ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	Conforme Anexo 3 (Especificações Técnicas) deste edital.
CATSER	13692
VALOR ANUAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO	R\$ 1.088.107,20 (um milhão, oitenta e oito mil, cento e sete reais e vinte centavos).
JUSTIFICATIVA	Em função do término da vigência do contrato 038/2007, que trata do objeto a ser contratado neste certame, faz-se necessário novo procedimento licitatório para contratação destes serviços, essenciais ao funcionamento do Serviço



SENADO FEDERAL

	de Manutenção da Infra-Estrutura Predial-SIEP, que tem uma demanda diária por manutenção, retirada, remanejamento e instalação de pontos de rede e do Sistema VIP.
PRAZO DE INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	No máximo 3 (três) dias úteis, a contar da assinatura do contrato.
ADJUDICAÇÃO	Menor Preço Global Anual .
FORMA DE PAGAMENTO	Conforme cláusula quarta da minuta de contrato (Anexo 4).
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Programa de trabalho: 037636 Natureza de despesa: 339039
LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	Complexo predial do Senado Federal e residência dos senadores na Superquadra 309 Sul, blocos C, D e G e Residência Oficial do Presidente do Senado Federal.
FISCALIZAÇÃO	Conforme cláusula nona da Minuta de Contrato (Anexo 4).

Brasília, 20 de setembro de 2012.

RONALDO WAGNER CARMONA
Pregoeiro



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 179/2012

(Processo nº 029.029/11-2)

ANEXO 2

Relação entre demanda prevista e a quantidade de serviço a ser contratada

De acordo com a média de serviços de cabeamento executados nos últimos 5 (cinco) anos, detalhada na tabela 1 a seguir, é proposta a contratação de 820 Unidades de Serviço / mês x 12 meses = 9.840 Unidades de Serviço / ano.

Unidades de Serviços executados	2007	2008	2009	2010	2011	média
Janeiro	725	896	965	685	738	802
Fevereiro	961	998	952	697	803	882
Março	985	918	851	925	790	894
Abril	951	855	739	850	832	845
Maio	1093	712	793	912	597	821
Junho	692	675	758	951	888	793
Julho	931	800	1083	605	856	855
Agosto	982	987	790	634	852	849
Setembro	953	741	620	781	793	778
Outubro	969	808	700	612	926	803
Novembro	905	875	670	950	701	820
Dezembro	794	824	558	635	680	698
Total anual	10942	10088	9479	9235	9455	9840
Média mensal						820

Tabela 01 – Média de Unidades de Serviço contratadas nos últimos 5 anos.



SENADO FEDERAL

Distribuição das Unidades de serviço por Tipo de serviço

A tabela 02 define as quantidades esperadas de Unidades de Serviço, por tipo, a se realizar no período de 12 meses. A tabela 02 define a média mensal e anual estimada, em Unidades de serviço, para cada tipo de serviço, que será definido na Cláusula Quarta do Contrato, Anexo 3 do edital.

Tipo de serviço	Média mensal estimada de unidades de serviço	Quantidade total anual estimada de unidades de serviço
Levantamento	28	336
Instalação de equipamento de rede	18	216
Retirada de equipamento de rede	15	180
Instalação de cabo de rede	155	1.860
Retirada de cabo de rede	68	816
Instalação de cabo óptico	14	168
Retirada de cabo óptico	4	48
Conectorização de fibra óptica	2	24
Fusão de fibra óptica	24	288
Manutenção da rede física	146	1.752
Projeto de Infraestrutura	26	312
Ativação de ponto de rede	168	2.016
Desativação de ponto de rede	152	1.824
Total estimado	820	9.840

Tabela 02 – Quantidade médias mensais e quantitativo para 12 (doze) meses

Observação: Essas quantidades foram obtidas através de dados históricos, podendo sofrer oscilações para mais ou para menos.

Brasília, 20 de setembro de 2012.

RONALDO WAGNER CARMONA
Pregoeiro



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 179/2012

(Processo nº 029.029/11-2)

ANEXO 3

**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E RETIRADA
DE EQUIPAMENTOS DE REDE E CABOS**

1. NORMATIZAÇÃO

Os serviços ora relacionados deverão ser executados de acordo com o edital, seus anexos e das recomendações e Normas, abaixo relacionadas:

- 1) NBR 14565:2007 – Cabeamento de telecomunicações para edifícios comerciais
- 2) ISO/IEC 11801 Information technology – Generic cabling for customer premises
- 3) ANSI/TIA/EIA-568-A Commercial Building Telecommunications Cabling Standard - October, 1995
- 4) ANSI/EIA/TIA-569 Commercial Building Standard for Telecommunications Pathways and Spaces - October, 1990
- 5) ANSI/TIA/EIA-607 Commercial Building Grounding and Bonding Requirements for Telecommunications - August, 1994
- 6) National Fire Protection Agency (NFPA) - 70, National Electrical Code (NEC) - 1993

2. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO AMBIENTE

O Senado Federal possui uma rede de computadores que conta, atualmente, com aproximadamente 7.900 (sete mil e novecentos) equipamentos instalados entre microcomputadores, impressoras, *scanners*, pontos de acesso da rede *wireless* e afins. Essa rede se localiza no complexo predial do Senado Federal, localizado na Praça dos Três Poderes, na Via N-2 e nas residências dos Senadores localizadas nos blocos C, G e D da Superquadra 309 Sul. A necessidade de atualização tecnológica deste parque de equipamentos, bem como as alterações de *layouts* de escritórios, reformas e mudanças em geral, faz com que o PRODASEN tenha uma permanente atividade de instalação, retirada e movimentação de equipamentos e cabos. Isso envolve atividades de projeto, instalação e retirada dos equipamentos de rede e de cabos do sistema de cabeamento da rede.



SENADO FEDERAL

A maioria dos edifícios do complexo do Senado Federal se localiza em uma mesma região, com distâncias entre si que, na maioria dos casos, exige o transporte através de veículo. Há também um controle de segurança, sobre a entrada e saída de equipamentos e materiais dos prédios.

Na elaboração do projeto de instalação de infraestrutura da rede de dados deve-se observar o padrão adotado em cada prédio e estar de acordo com as normas e recomendações citadas no item 1 deste anexo, que fornece especificações para o projeto e construção de dutos e espaços para cabeamento de telecomunicações em edifícios comerciais.

A Rede Local do Senado Federal conta atualmente com uma infraestrutura de aproximadamente 21.000 pontos instalados. Nosso *backbone* de dados é composto por cabos de fibras ópticas, interligando os 76 centros de cabeamento (*wiring closets*) distribuídos em todo o complexo predial do Senado Federal e residência dos senadores na Superquadra 309 Sul, blocos C, D e G e Residência Oficial do Presidente do Senado Federal. O *backbone* do Sistema VIP é composto em sua maioria por cabos coaxiais e alguns links em fibras ópticas para os locais mais distantes.

A seguir são descritos os principais procedimentos envolvidos nos processos de instalação e retirada de equipamentos de rede e cabos, podendo ser alterados pelo PRODASEN, conforme suas necessidades, de comum acordo com o licitante vencedor.

O sistema de cabeamento possui características a seguir detalhadas.

3. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E RETIRADA DE CABOS

3.1. ARQUITETURA DO SISTEMA DE CABEAMENTO

A rede de cabos consiste basicamente de conexões dos pontos distribuídos nos ambientes de trabalho do Senado Federal e PRODASEN, aos equipamentos concentrados localizados em pequenas salas denominadas centro de cabeamento (*wiring closets*).

Essa arquitetura segue o padrão de cabeamento estruturado, utilizando-se de cabos UTP (par trançado) categoria 5e, 6 e 6A.

Todas as instalações devem seguir os padrões da norma ANSI/TIA/EIA-568-A, que rege o cabeamento de telecomunicações em edifícios comerciais.

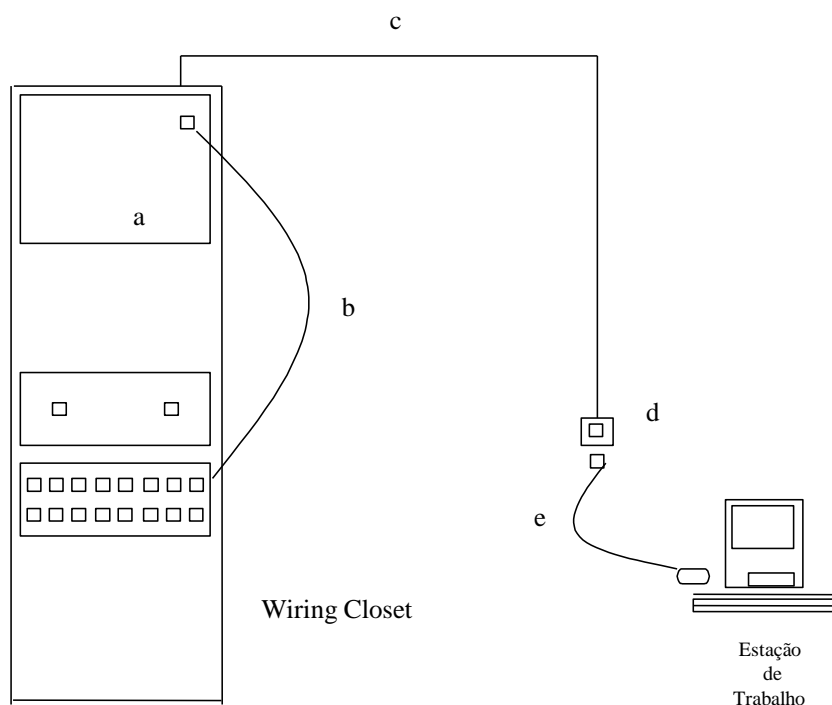
A seguir, a título de ilustração, segue a lista de equipamentos, cabos, conectores e interfaces utilizadas na rede.



SENADO FEDERAL

- Cabo de fibra ótica, 12 e 24 fibras mono/multimodo;
- Cabo UTP categoria 5e, 6 e 6A;
- Painel de distribuição de 24 portas RJ45;
- Cabo de passagem RJ45;
- Cabo adaptador de video (balun);
- Conectores RJ45;
- Switch Alcatel.

A figura 01 ilustra, genericamente, essa arquitetura.



LEGENDA:

- a = painel de distribuição
- b = cabo de passagem RJ45
- c = cabo UTP categoria 5e, 6 e 6A
- d = caixa conectora
- e = cabo de passagem RJ45

Figura 01 - Esquema da conexão entre a estação e o *Wiring-Closet*.



SENADO FEDERAL

Para facilitar a compreensão e evitar repetições em referências futuras, definimos, a seguir, alguns conceitos:

PONTO DE DADOS

É o ponto terminal de um cabo, localizado em um ambiente de trabalho, que será utilizado para se conectar um computador à rede de dados. O ponto de acesso possui uma terminação (*face plate*) em caixa, espelho e conector específicos.

CENTRO DE CABEAMENTO (*WIRING CLOSET*)

É uma pequena sala, preparada especialmente para instalação de painéis de distribuição de cabos e equipamentos de comunicação de dados. São equipadas com *racks* para acondicionamento dos painéis e dos equipamentos.

PAINEL DE DISTRIBUIÇÃO

É um painel para conectorização dos cabos que se distribuem pelos diversos pontos de dados utilizando conectores RJ45.

CABO DE DADOS

Qualquer cabo, referido no presente Edital e seus anexos, com a finalidade específica de suportar o transporte de sinais de dados. Existem diferentes tipos de cabos de dados, dependendo de sua aplicação.

LOBE

É o nome que se dá ao segmento da rede compreendido entre o ambiente de trabalho, onde se localiza o ponto de dados, e o painel de distribuição. Esta conexão se faz por meio de cabos e conectores especiais.

CONECTOR DE DADOS

Conector especial utilizado para conectorização de cabos de dados.

FACE PLATE

É um espelho próprio para acomodar o conector RJ45, montado no ponto de dados.

CAIXA CONECTORA



SENADO FEDERAL

É um “Kit” montado para dar acabamento ao ponto de dados. É uma caixa com o “*face plate*”, que acomoda, no seu interior, a terminação do “Lobe”, com o conector de dados RJ45. Para diferentes tipos de cabos há diferentes tipos de caixas conectoras.

3.2. SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE CABO

A figura 1 ilustra a instalação do ponto de acesso. A extremidade do cabo deve ser conectada ao *face plate* para os locais onde a infraestrutura é atendida com caixas nos padrões 4X2 e 4X4 ou caixa conectora embutida em superfície sólida tipo parede de alvenaria, madeira, divisória ou o conjunto deve ser afixado por parafuso ou cola a uma altura média aproximada de 30 cm do solo, ou, para casos especiais, nos locais e da forma indicada pelo PRODASEN.

Para instalação de cabeamento do sistema VIP, serão utilizados 3 (três) tipos de cabo coaxial: RG11, RG06 e RG59 com conectores tipo “F”.

3.2.1. CABO DE CONEXÃO DO PONTO DE DADOS

O cabo a ser utilizado no “LOBE”, identificado pela letra “C” na figura 1, deve ser roteado entre o ponto de dados e o “*Wiring-Closet*” através de duto, bandeja, ou suporte similar existente nas instalações prediais.

3.2.2. PONTO A SER FIXADO EM DIVISÓRIA

O cabo deve sair da caixa conectora do ponto de acesso a atingir o duto ou bandeja através do montante da divisória.

3.2.3. PONTO A SER FIXADO EM ALVENARIA SEM DUTO OU DIVISÓRIA ONDE O MONTANTE ESTEJA CHEIO

O cabo deve sair da caixa conectora do ponto de acesso e atingir o duto ou bandeja através de canaleta plástica aparente ou outra modalidade aprovada pelo PRODASEN.

3.2.4. CONEXÃO NO PAINEL DE DISTRIBUIÇÃO

3.2.4.1 – CABO UTP, CATEGORIA 6

O cabo deve ser crimpado diretamente no painel de distribuição (*patch panel*), através de ferramenta de impacto, tipo *patch down*.



SENADO FEDERAL

3.3. ENDEREÇAMENTO DE CABOS

3.3.1 – ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO TIPO “A”

Etiqueta adesiva plastificada. Os caracteres devem ser numéricos e terão o formato 999 no painel de distribuição e 99-999 na caixa conectora ou espelho (*face plate*), conforme indicado na figura 2. A finalidade é identificar o ponto de acesso nos locais indicados.

3.3.2 – ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO TIPO “B”

Essa etiqueta, também em formato de adesivo plastificado, será utilizada nas duas extremidades do cabo do lobe, conforme indicado na figura 2. Os caracteres devem ser numéricos e terão o formato 99-999 em ambas as extremidades do cabo.

Figura 02

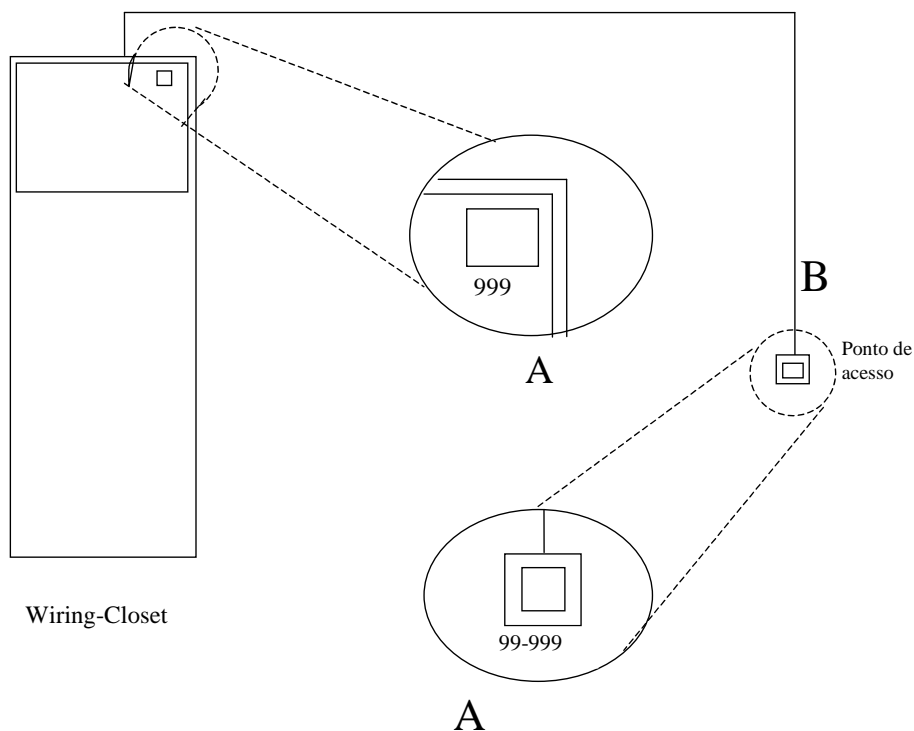


Figura 02 – Esquema de identificação



SENADO FEDERAL

3.4. ESPECIFICAÇÕES ADICIONAIS SOBRE O SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE CABO

3.4.1. Em qualquer trecho de bandeja, forro ou piso, por onde sejam lançados dois ou mais cabos, correndo em paralelo, os mesmos deverão ser amarrados através de abraçadeira de velcro, de 5 (cinco) em 5 (cinco) metros, formando feixes de no máximo 20 (vinte) cabos.

3.4.2. Deverá ser feita uma vistoria nas instalações já existentes, para a execução dos serviços, de acordo com o mesmo padrão.

3.4.3. Na vistoria, o interessado deverá tomar conhecimento das rotas a serem seguidas, através de inspeção direta nos locais, com auxílio de plantas disponíveis para consultas.

3.4.4. Localização exata de cada ponto de acesso, em cada sala, somente será fornecida à licitante vencedora, por ocasião da execução dos serviços. O “LOBE” tem um comprimento médio de 60 (sessenta) e um máximo de 90 (noventa) metros.

3.4.5. Deverão ser realizados testes de sinal em todas as conexões, conforme determinado pela norma, entre pontos de acesso e o “WIRING CLOSET”. O ponto deve ser entregue operacional, com a documentação e certificação conforme requerido pela norma e, em condições de receber um equipamento estação de trabalho.

3.4.6. Durante o processo de lançamento dos cabos de dados, poderá ser necessário realizar a retirada e o relançamento de outros cabos, com o objetivo de desobstruir dutos.

3.5. SERVIÇO DE RETIRADA DE CABO

3.5.1. Antes de serem retirados os cabos, serão desmontados os conectores nele existentes;

3.5.2. Os cabos retirados deverão ser acondicionados em caixas ou carretéis, visando facilitar o seu manuseio e armazenamento, e devolvidos juntamente com Ordem de Serviço, ao setor indicado pelo Senado Federal.



SENADO FEDERAL

3.5.3. A retirada dos cabos deverá ser feita de tal maneira a não romper os cabos de fibra ótica e/ou cabos metálicos existentes nas galerias, bandejas e dutos, que estiverem sendo utilizados pelos equipamentos da Rede Local do Senado Federal ou outras finalidades. Cabos que sejam removidos, com vistas a facilitar o encaminhamento de um novo ponto de dados, deverão ser relançados, reconectorizados e mantidos em perfeitas condições de uso.

3.5.4. Caso ocorra algum rompimento de outros cabos, a licitante vencedora será responsável pela sua recuperação, no prazo estipulado pelo Senado Federal, arcando com todos os custos provenientes deste serviço;

3.5.5. Os cabos removidos deverão ser retirados para local previamente estabelecido pelo PRODASEN.

4. DOCUMENTAÇÃO

Todas as atividades que requerem documentação, tais como instalação e retirada de equipamentos de rede, cabo de dados, cabo ótico, cabo do sistema VIP, projetos, cabo de passagem, etc. deverão ser acompanhadas de documentação específica em software *Autocad* e outros, conforme norma. Para tal deverão ser geradas e/ou atualizadas as plantas, projetos e bases de dados dos aplicativos, inclusive outros que por ventura venham a ser adotados, na administração da infraestrutura da rede física de dados do Senado Federal.

4.1. Todas as informações contidas nos desenhos técnicos, diagramas e outros documentos que forem editados pelo Senado Federal e fornecidos aos licitantes, são complementares entre si, de modo que qualquer item expresso em um documento, caso seja omitido em outro, deverá ser considerado especificado e válido.

Brasília, 20 de setembro de 2012.

RONALDO WAGNER CARMONA
Pregoeiro



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 179/2012

(Processo nº 029.029/11-2)

ANEXO 4

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO

Que entre si celebram, de um lado, o SENADO FEDERAL e, do outro,, para **prestação de serviços para execução de projeto, instalação, retirada, remanejamento e manutenção de cabos de par trançado e cabos de fibra óptica do sistema de cabeamento da Rede Local do Senado Federal, e de cabos de áudio e vídeo do Sistema de Voz e Imagem dos Plenários (Sistema VIP) em todo o complexo predial do SENADO, residências dos Senadores e residência oficial do Presidente.**

A UNIÃO, por intermédio do SENADO FEDERAL, doravante denominado SENADO ou CONTRATANTE, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, _____, e _____, com sede na _____, fax nº (____) ____-____ e (____) ____-____, telefone nº (____) ____-____ e ____-____, CNPJ-MF nº _____ /____-____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor _____, Cl. _____, expedida pela ____/____, CPF nº. _____-____, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO** nº 179/2012, homologado pela Senhora Diretora-Geral, às fls. ____ do Processo nº 029.029/11-2, incorporando o edital e a proposta apresentada pela CONTRATADA, fls. ____/____ a este instrumento, e sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dos Atos nºs 24/1998 e 10/2010, ambos da Comissão Diretora do SENADO, e das cláusulas seguintes:



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a **prestação de serviços para execução de projeto, instalação, retirada, remanejamento e manutenção de cabos de par trançado e cabos de fibra óptica do sistema de cabeamento da Rede Local do SENADO e de cabos de áudio e vídeo do Sistema de Voz e Imagem dos Plenários (Sistema VIP) em todo o complexo predial do Senado Federal, residências dos Senadores e residência oficial do Presidente do Senado Federal, durante 12 (doze) meses consecutivos**, de acordo com os termos e especificações constantes deste contrato e do edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

- I** - manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e qualificação que ensejaram sua contratação;
- II** - apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;
- III** - efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato.
- IV** - manter preposto para este contrato que irá representá-la sempre que for necessário.
- V** – comprovar ter em seu quadro de pessoal um responsável técnico, com nível de escolaridade superior nas áreas de Engenharia Elétrica ou de Redes, com conhecimentos específicos em cabeamento estruturado e informática para administração de rede física local, com registro no CREA/DF e Certificado de Treinamento AMP.
 - a)** o(s) técnico(s) de manutenção deve(m) ter nível de escolaridade mínima de 2º grau, qualificação nas áreas de manutenção de sistema de cabeamento para rede local, com certificado de treinamento AMP, e sistema de CFTV.
 - b)** cada equipe de técnicos instaladores deverá ter pelo menos um técnico com nível de escolaridade mínima de 2º grau, qualificação nas áreas de instalação de sistema de cabeamento para rede local, e para instalação e

30



SENADO FEDERAL

retirada de equipamentos de rede (*Switches*, Pontos de Acesso da rede *wireless*, conversores de mídia, etc.). Este técnico deverá ter certificado de treinamento AMP.

VI - cumprir fielmente as especificações técnicas, em especial à utilização de ferramentas e equipamentos de boa qualidade, bem como a utilização de pessoal técnico, com experiência em cada tipo de serviço, adotando as providências de transporte, acomodação e alimentação do mesmo.

VII - alocar o quantitativo de pessoal necessário ao cumprimento do objeto licitado;

VIII - fornecer todo o equipamento de proteção individual e coletivo, adotando todas as medidas de segurança indicadas pela legislação, que visem à preservação do empregado e do patrimônio do SENADO e de terceiros em geral;

IX- contratar seguros de acidentes pessoais de seus empregados, bem como contra danos de terceiros;

X - informar ao SENADO, por escrito, sobre quaisquer anormalidades que ponham em risco a execução dos serviços, em tempo hábil para as ações corretivas;

XI - responsabilizar-se diretamente por todo e qualquer dano causado, mesmo que tenha transferido esse encargo à Companhia Seguradora, quando esta por qualquer motivo, não cumprir sua obrigação;

XII - refazer, sem ônus para o SENADO, dentro do prazo estabelecido, os serviços com defeitos, erros, danos, falhas e/ou quaisquer outras irregularidades ocorridas durante a execução dos mesmos, devido à negligência, má execução, ou emprego de ferramentas e/ou mão-de-obra inadequadas;

XIII – fornecer a relação dos componentes da equipe técnica, contendo nome completo, função, número o registro de identidade, para que o SENADO possa providenciar os crachás de identificação, que permitirão o livre acesso às suas dependências.

XIV – executar os serviços nos horários de 8h às 18h, de segunda a sexta-feira, exceto em casos excepcionais, com anuência do SENADO.

XV – responsabilizar-se pelo ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custo e despesas decorrentes de contravenção, seja por culpa sua ou de



SENADO FEDERAL

qualquer de seus empregados ou prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais ou extrajudiciais com terceiros, que lhe venham a ser exigidos por força da lei, ligadas ao cumprimento do contrato a ser firmado.

XVI – Além das obrigações e responsabilidades relativas à segurança, o licitante vencedor obriga-se a:

- a) Dar especial atenção à eliminação de situações perigosas que possam trazer riscos a terceiros, bem como a seus próprios empregados;
- b) Aplicar medidas disciplinares aos empregados que infringirem as normas relativas à segurança.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, ou prepostos, decorrentes da execução deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o SENADO, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Não poderá CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto deste contrato, salvo autorização específica do SENADO.

PARÁGRAFO QUARTO – É vedada a contratação, por parte da CONTRATADA e para prestarem os serviços objeto do presente contrato, de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes até o 3º grau, na linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, dos Senadores e servidores do Quadro de Pessoal do SENADO, ocupantes de cargos ou funções comissionadas de direção, na forma do disposto nos Atos da Comissão Diretora do Senado Federal nº 12/2010 e 05/2011 e Decreto nº 7.203, de 2010.

PARÁGRAFO QUINTO - O SENADO disponibilizará os meios e recursos necessários para que a CONTRATADA atualize diariamente o sistema de administração da rede e controle dos serviços executados.

PARÁGRAFO SEXTO – Será admitida a substituição dos responsáveis técnicos indicados no inciso V desta Cláusula, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo SENADO.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O SENADO disponibilizará à CONTRATADA, conforme o Ato da Comissão Diretora nº 30/2002 (Anexo 6 do edital) uma sala de apoio, com recursos de informática necessários, além de acesso ao Sistema SAACA, ou outro



SENADO FEDERAL

sistema que porventura venha a ser utilizado, para que os técnicos possam acessar as ordens de serviço emitidas para a empresa, bem como registrar os atendimentos efetuados.

I – a área será disponibilizada pelo SENADO, no prazo de até 3 (três) dias, a contar da data de assinatura deste contrato, observados os termos do Ato da Comissão Diretora nº 30/2002 (Anexo 6).

PARÁGRAFO OITAVO - A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem subrogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.

PARÁGRAFO NONO - Aplicam-se a este contrato as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

A CONTRATADA iniciará a prestação dos serviços, que compreendem projeto, instalação, remanejamento e retirada de cabos de par trançado, cabos de fibra ótica e cabos de áudio e vídeo da rede de cabeamento de dados, voz e imagens, assim como o projeto, a instalação e a manutenção de toda a infraestrutura de aterramento, closets, galerias, dutos, bandejas, esteiras e calhas que compõem as rotas de cabeamento no complexo predial do SENADO, PRODASEN, residências dos Senadores e residência do Presidente do SENADO, no prazo **de até 3 (três) dias úteis, a contar da assinatura deste contrato**, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus anexos.

I - Tipos de serviço que serão executados:

a) Instalação e retirada de equipamentos de rede local e do sistema VIP, nos centros de cabeamento (*wiring closets*) distribuídos pelo complexo predial do SENADO, conforme os procedimentos definidos no Anexo 3 do edital;

O tipo de equipamento, objeto dos serviços, compreende:

- Switches da rede local;
- Pontos de Acesso da rede sem fio (*Access Point Wi-Fi*);
- Amplificadores, Moduladores, Demoduladores, Câmeras e demais equipamentos do sistema VIP (Voz e Imagem do Plenário);

b) Instalação de pontos de dados, voz ou imagem nos locais definidos pelo PRODASEN, para ligação de microcomputadores e interligação desses



SENADO FEDERAL

pontos de dados aos centros de cabeamento (*wiring closets*), conforme especificações contidas no Anexo 3 do edital.

c) Levantamento de condições físicas de infraestrutura para instalação ou remanejamento de um novo ponto de dados, voz ou imagem.

d) Retirada dos cabos que estão sem utilização em todos os blocos que compreendem o complexo do SENADO e residências dos Senadores, sob indicação do PRODASEN, visando a desobstrução dos dutos e bandejas de passagem, conforme especificações contidas no Anexo 3 do edital.

e) Projeto e instalação de todo acréscimo de infraestrutura de cabeamento, quais sejam, bandejas, dutos, calhas, decorrente de reformas ou novas instalações prediais, necessárias à interligação do novo ambiente à rede local, conforme especificações contidas no Anexo 3 do edital.

f) Instalação de cabos de fibra ótica, nos locais definidos pelo SENADO, para interligação dos centros de cabeação (*wiring closets*).

g) Recuperação de falhas em toda a rede física, compreendendo desde a manutenção dos cabos metálicos, fibras óticas, conectores, *patch cables* ou outro componente qualquer do sistema de cabeamento.

h) Ativação de ponto de dados ou imagem do sistema VIP, nos locais definidos pelo SENADO.

i) Desativação de ponto de dados ou imagem do sistema VIP, nos locais definidos pelo SENADO.

II - Forma e local da execução dos serviços

a) O Coordenador Geral e responsável técnico, que será preposto da licitante vencedora perante o SENADO, e ao qual estarão subordinadas todas as equipes de serviços, deverá vistoriar as instalações semanalmente e, quando solicitada sua presença, terá um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para o seu comparecimento ao local solicitado.

b) O SENADO disponibilizará à CONTRATADA uma sala de apoio, com recursos de informática necessários, além de acesso ao Sistema SAACA, ou outro sistema que porventura venha a ser utilizado, para que os técnicos possam acessar as ordens de serviço emitidas para a empresa, bem como registrar os atendimentos efetuados.



SENADO FEDERAL

- c) O licitante vencedor deverá fornecer uma relação contendo os nomes e a qualificação dos empregados, para aprovação do SENADO.
- d) Qualquer alteração na composição dos empregados deverá ser imediatamente comunicada ao SENADO, de forma a não comprometer a segurança no acesso às dependências do SENADO e residências dos senadores.
- e) Os componentes da(s) equipe(s) deverão circular nas dependências do SENADO e residências dos senadores, devidamente uniformizados e portando crachá de identificação.
- f) O SENADO poderá solicitar serviços extraordinários, antes ou após o horário normal de expediente, ou a qualquer hora aos sábados, domingos e feriados, mediante solicitação expressa, com antecedência mínima de 24 horas.
- g) Todos os serviços serão realizados com base na ORDEM DE SERVIÇO emitida pelo SENADO, que junto com o termo de aceite, assinados pelo usuário ou por técnicos do SENADO, serão os comprovantes do controle de movimentação dos materiais e equipamentos entre o depósito e os locais de instalação ou retirada, bem como da quantificação dos serviços e dos usuários ou dos técnicos do SENADO que autorizaram os mesmos.
 - g.1) A ORDEM DE SERVIÇO será obrigatoriamente preenchida com a descrição do tipo de serviço, especificação de data, local, tipo e a quantidade de serviço a ser executado, origem e destino dos materiais, bem como os nomes dos técnicos responsáveis pela execução dos serviços e dos usuários ou dos técnicos do SENADO que autorizaram os mesmos.
- h) Serão considerados, para efeitos da composição da ORDEM DE SERVIÇO, os **tipos de serviços** relacionados:
 - h.1) Levantamento;
 - h.2) Instalação de equipamento de rede;
 - h.3) Retirada de equipamento de rede;
 - h.4) Instalação de cabo de rede (dados, voz e imagem);
 - h.5) Retirada de cabo de rede (dados, voz e imagem);
 - h.6) Instalação de cabo ótico;
 - h.7) Retirada de cabo ótico;



SENADO FEDERAL

- h.8)** Conectorização de fibras ópticas;
- h.9)** Fusão de fibras ópticas;
- h.10)** Manutenção da rede física de dados;
- h.11)** Projeto de infraestrutura da rede de dados;
- h.12)** Ativação de ponto de dados/VIP
- h.13)** Desativação de ponto de dados/VIP

i) Para fins de qualificação os tipos de serviço serão assim definidos:

i.1) O serviço de **LEVANTAMENTO** consiste:

- i.1.1)** recebimento e conferência de Ordem de Serviço ;
- i.1.2)** visita ao local para verificação da existência de infraestrutura de rede e de condições físicas para execução dos serviços de instalação e/ou retirada de cabos, conforme explicitado na Ordem de Serviço, a partir de uma lista preparada pelo PRODASEN, incluindo entre outras: a existência da infraestrutura de rede e dados no padrão exigido pelo PRODASEN, disponibilidade de porta no switch do closet atendido por aquela área e outras atividades correlatas;
- i.1.3)** devolução da Ordem de Serviço conforme indicado no subitem g.1.

i.2) O serviço de **INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE REDE** consiste:

- i.2.1)** recebimento e conferência da Ordem de Serviço;
- i.2.2)** retirada no depósito do equipamento e acessórios necessários;
- i.2.3.)** instalação de um (01) equipamento de rede ou equipamento similar determinado pela OS, com seus respectivos acessórios, de acordo com as normas e procedimentos descritos no Anexo 3 do edital;
- i.2.4)** ativação, testes;
- i.2.5)** documentação;
- i.2.6)** devolução da Ordem de Serviço conforme indicado no subitem g.1.



SENADO FEDERAL

i.3) O serviço de RETIRADA DE EQUIPAMENTO DE REDE consiste:

- i.3.1)** recebimento e conferência da Ordem de Serviço;
- i.3.2)** retirada de um (01) equipamento de rede ou equipamento similar, determinado pela OS, com seus respectivos acessórios, seguindo as normas e procedimentos descritos no Anexo 3 do edital;
- i.3.3)** entrega do equipamento e acessórios retirados no setor indicado pelo PRODASEN;
- i.3.4.)** documentação;
- i.3.5)** devolução da Ordem de Serviço conforme indicado no subitem g.1.

i.4) O serviço de INSTALAÇÃO DE CABO DE REDE consiste:

- i.4.1)** recebimento e conferência de Ordem de Serviço;
- i.4.2)** retirada do depósito dos materiais necessários;
- i.4.3)** instalação de um (01) seguimento de até noventa (90) metros de cabo metálico, seguindo as normas e procedimentos descritos no Anexo 3 do edital;
- i.4.4)** testes;
- i.4.5)** documentação;
- i.4.6)** devolução da Ordem de Serviço conforme indicado no subitem g.1.

i.5) O serviço de RETIRADA DE CABO DE REDE consiste:

- i.5.1)** recebimento e conferência de Ordem de Serviço;
- i.5.2)** retirada de um (01) seguimento de até noventa (90) metros de cabo metálico, seguindo os procedimentos descritos no Anexo 3 do edital;
- i.5.3)** devolução dos materiais retirados ao setor indicado pelo PRODASEN;
documentação;
- i.5.4)** devolução da Ordem de Serviço conforme indicado no subitem g.1.



SENADO FEDERAL

i.6) O serviço de INSTALAÇÃO DE CABO ÓPTICO consiste:

- i.6.1)** recebimento e conferência de Ordem de Serviço;
- i.6.2)** retirada do depósito dos materiais necessários;
- i.6.3)** instalação de um (01) seguimento de até noventa (90) metros de cabo óptico, seguindo as normas e procedimentos descritos no Anexo 3 do edital;
- i.6.4)** testes;
- i.6.5)** documentação;
- i.6.6)** devolução da Ordem de Serviço conforme indicado no subitem g.1.

Observação: Caso o segmento instalado tenha mais de (90) metros, será considerado, para efeito de pagamento, o preço de 0,03 U.S. (três centésimos de Unidade de Serviço) por metro de cabo lançado. (ex: instalado cabo com 300 metros: $300 \times 0,03 = 9$ U.S.).

i.7) O serviço de RETIRADA DE CABO ÓPTICO consiste:

- i.7.1)** recebimento e conferência de Ordem de Serviço;
- i.7.2)** retirada de um (01) seguimento de até noventa (90) metros de cabo óptico, seguindo as normas e procedimentos descritos no Anexo 3 do edital;
- i.7.3)** devolução dos materiais retirados ao setor indicado pelo PRODASEN;
- documentação;
- i.7.4)** devolução da Ordem de Serviço conforme indicado no subitem g.1.

Observação: Caso o segmento retirado tenha mais de (90) metros será considerado, para efeito de pagamento, o preço de 0,015 U.S. (quinze milésimos de Unidade de Serviço) por metro de cabo retirado. (ex: retirado cabo com 300 metros: $300 \times 0,015 = 4,5$ U.S.).

i.8) O serviço de CONECTORIZAÇÃO DE FIBRA ÓPTICA consiste:

- i.8.1)** recebimento e conferência de Ordem de Serviço;



SENADO FEDERAL

i.8.2) conectorização de uma (01) ponta da fibra óptica, seguindo as normas e procedimentos descritos no Anexo 3 do edital;

i.8.3) devolução dos materiais retirados ao setor indicado pelo PRODASEN;

documentação;

i.8.4) devolução da Ordem de Serviço conforme indicado no subitem g.1.

i.9) O serviço de FUSÃO DE FIBRA ÓPTICA consiste:

i.9.1) recebimento e conferência de Ordem de Serviço;

i.9.2) fusão entre (02) fibras ópticas, seguindo as normas e procedimentos descritos no Anexo 3 do edital;

i.9.3) devolução dos materiais retirados ao setor indicado pelo PRODASEN;

i.9.4) documentação;

i.9.5) devolução da Ordem de Serviço conforme indicado no subitem g.1.

i.10) O serviço de MANUTENÇÃO DA REDE FÍSICA DE DADOS/VIP consiste:

i.10.1) verificação, via terminal, no SAACA (Sistema de Apoio Administrativo à Central de Atendimento) ou outro sistema que venha a ser utilizado, da existência de Ocorrência de Defeito aberta para o SSITE/SIEP referente a defeito de rede física;

i.10.2) deslocamento até o local do defeito;

i.10.3) identificação da falha e aplicação das medidas corretivas necessárias;

i.10.4) fechar, via terminal, no SAACA) ou outro sistema que venha a ser utilizado, a Ocorrência de defeito, informando a causa do defeito, a solução adotada e o usuário que atestou a intervenção;

j.10.5) Caso seja constatado a necessidade de substituição do seguimento danificado, propor a abertura de Ordem de Serviço para instalação de um novo cabo de dados;



SENADO FEDERAL

Observação: Caso não se trate de defeito no cabeamento, e nenhuma medida corretiva venha a ser necessária, para efeito de pagamento, esse atendimento será considerado um levantamento.

i.11) O serviço de PROJETO DE INFRAESTRUTURA DA REDE DE DADOS consiste:

- i.11.1)** recebimento e conferência de Ordem de Serviço e da planta baixa do local em reforma ou construção;
- i.11.2)** visita ao local para análise do local, do closet e da rota que melhor atende;
- i.11.3)** elaboração do projeto, em software determinado pelo PRODASEN, com especificação do material a ser utilizado;
- i.11.4)** apresentação do projeto para aprovação pelo PRODASEN e SENG;
- i.11.5)** devolução da Ordem de Serviço conforme indicado no subitem g.1.

i.12) O serviço de ATIVAÇÃO DE PONTO DE DADOS/VIP consiste:

- i.12.1)** recebimento e conferência da Ordem de Serviço;
- i.12.2)** retirada do depósito do PRODASEN do material necessário;
- i.12.3)** instalação de 1(um) *patch cable* para sinal de dados ou adaptador de vídeo (coaxial/cabo UTP) para sinal de TV (VIP), seguindo as normas e procedimentos descritos no Anexo 3 do edital;
- i.12.4)** ativação, testes;
- i.12.5)** documentação;
- i.12.6)** devolução da Ordem de Serviço conforme indicado no subitem g.1.

i.13) O serviço de DESATIVAÇÃO DE PONTO DE DADOS/VIP consiste:

- i.13.1)** recebimento e conferência da Ordem de Serviço;
- i.13.2)** retirada de 1(um) *patch cable* para sinal de dados ou adaptador de vídeo (coaxial/cabo UTP) para sinal de TV (VIP),



SENADO FEDERAL

seguindo as normas e procedimentos descritos no Anexo 3 do edital;

i.13.3) documentação;

i.13.4) devolução da Ordem de Serviço conforme indicado no subitem g.1.

j) Para fins de quantificação do serviço executado, ao qual será utilizado o conceito de “Unidade de Serviço- US”, será aplicada a tabela abaixo, para cada tipo de serviço, assim definida:

Tipo de Serviço	Quantidade de Unidade de Serviço (US)
Ativação de 01 (um) ponto de dados/VIP	0,2
Desativação de 01 (um) ponto de dados/VIP	0,2
Levantamento de 01 (um) ambiente/usuário	0,4
Instalação de 01 (um) cabo de rede	1,0
Retirada de 01 (um) cabo de rede	0,6
Instalação de 01 (um) equipamento de rede	1,0
Retirada de 01 (um) equipamento de rede	1,0
Manutenção de 01 (uma) ocorrência da rede física	0,6
Instalação de 01 (um) cabo óptico	2,0
Retirada de 01 (um) cabo óptico	1,0
Conectorização de 01 (uma) fibra óptica	1,5
Fusão entre 02 (duas) fibras ópticas	4,0
Projeto de infraestrutura da rede para 01 (um) ponto de rede, para os primeiros 50 pontos.	1,6
Projeto de infraestrutura da rede para 01 (um) ponto de rede, para o 51º ponto até o 100º.	0,8
Projeto de infraestrutura da rede para 01 (um) ponto de rede, a partir do 100º ponto.	0,4
Instalação de infraestrutura da rede para 01 (um) ponto de rede	2,0

k) Nenhum equipamento, material ou cabo poderá ser movimentado sem a expressa autorização do SENADO, via Ordem de Serviço.

l) No caso de extravio ou desaparecimento de qualquer equipamento ou material, que esteja sob responsabilidade da CONTRATADA, a mesma ressarcirá o SENADO, num prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após o recebimento da comunicação formal.



SENADO FEDERAL

l.1) O ressarcimento poderá ser feito sob a forma de reposição do equipamento ou material com as mesmas características, desde que aprovado pelo SENADO, e sem que haja prejuízo para a Administração.

m) Os serviços serão executados em todo o complexo predial do SENADO, nas residências oficiais dos Senadores, localizadas nos blocos C, D e G da SQS 309, e na residência oficial do Presidente do SENADO, todos localizados em Brasília-DF.

III - Prazos para execução dos serviços

a) O prazo para início do atendimento a ocorrências abertas no sistema SAACA, ou outro sistema que porventura venha a ser utilizado, para manutenções, ativações ou desativações de pontos de rede, será de até 4 (quatro) horas úteis a partir da hora de abertura da mesma.

a.1) Serão consideradas horas úteis aquelas compreendidas de segunda a sexta-feira nos horários de 08h às 12h e de 14h às 18h.

b) O prazo para a instalação de pontos de cabeamento estruturado e/ou equipamentos da Rede Local ou do Sistema VIP, será de até 72 (setenta e duas) horas a partir da emissão da Ordem de Serviço.

c) O prazo para o lançamento de cabos ópticos e instalação de seus acessórios será definido na Ordem de Serviço, de acordo com a distância e complexidade dos ambientes envolvidos. Este prazo poderá ser negociado entre o SENADO e a CONTRATADA, porém após fixação do prazo o mesmo deverá ser cumprido.

d) O descumprimento dos prazos acima definidos ensejará multa, conforme Parágrafo Oitavo da Cláusula Décima deste contrato.

IV - Condições de recebimento dos serviços

a) O controle dos serviços será feito através das ORDENS DE SERVIÇO executadas, com o aceite técnico do gestor do Contrato, designado pelo SENADO.

b) Ao final de cada mês, será composto um relatório de Serviços Executados durante o período, com base nas ORDENS DE SERVIÇO



SENADO FEDERAL

concluídas e aceitas, para controle e emissão do Atestado de Execução dos Serviços, assinado pelas partes responsáveis, observando o Art. 69 da Lei 8.666/93.

V – Garantia dos serviços

- a) A CONTRATADA deverá providenciar o certificado de garantia estendida de 25 anos, fornecido pelo fabricante dos materiais de cabeamento, após a instalação e certificação dos pontos de cabeamento, para as novas instalações e ambientes reformados, onde a instalação esteja a cargo do licitante vencedor.
- b) Caso seja constatado qualquer defeito, provocado por instalação ou retirada indevidas, remanejamentos ou transporte inadequados, a CONTRATADA arcará com todos os custos necessários à sua correção, incluindo a substituição do objeto danificado, sem qualquer ônus para o SENADO.

VI - Previsão dos materiais, instalações ou equipamentos necessários

- a) Todo o material de cabeamento, tais como: Cabos dos diversos tipos, tomadas, conectores, painéis de distribuição, espelhos de tomadas, caixas de tomadas, DIO's, *Racks*, parafusos e materiais afins serão fornecidos pelo SENADO.
 - a.1) Correrão por conta da CONTRATADA todos os custos com o material de identificação e fixação dos cabos (etiquetas e abraçadeiras).
 - a.2) A CONTRATADA deverá dispor de ferramentas, instrumentos e equipamentos necessários ao bom desempenho dos serviços, tais como: alicates, chaves, instrumentos de certificação, testadores de cabos, multímetros, etiquetadores, etc.
 - a.3) No caso específico de instalação de cabos e equipamentos, deverá ser observada a adequação do instrumental para cada tipo de serviço, o qual deverá ser submetido à aprovação pelo SENADO.
 - a.4) Se necessário, a CONTRATADA deverá dispor de veículo adequado ao transporte de pessoal e do material de instalação entre o almoxarifado do PRODASEN e as dependências do SENADO, e



SENADO FEDERAL

residências dos senadores, bem como outros transportes horizontais e verticais necessários à execução dos serviços.

a.5) A CONTRATADA deverá dispor de meios que permitam a comunicação imediata entre os servidores do SENADO e os empregados da empresa nas dependências do SENADO e residências dos senadores, tais como celular, BIP ou similar.

a.6) A CONTRATADA deverá fornecer uniformes aos seus funcionários.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Se, em decorrência de execução dos serviços, paredes, pisos ou quaisquer outras partes forem danificadas ou sujas, ou se houver danos a equipamentos, objetos e instalações, inclusive aos equipamentos e cabeamento da rede de dados já existentes, o licitante vencedor deverá proceder, de imediato, ao reparo ou a substituição, logo após o recebimento da notificação, sem ônus para o SENADO.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição de equipamento, material ou serviços considerados inadequados pelo gestor.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O SENADO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, o valor abaixo, conforme proposta da CONTRATADA de fls. _____, não sendo permitido, em nenhuma hipótese, o pagamento de serviços não executados ou executados de forma incompleta.

Item	Quantidade Mensal Estimada de US - Unidade de Serviço (A)	Especificação	Valor unitário da US - R\$ (B)	Valor mensal estimado – R\$ (C = A X B)
1				
Valor Global Anual Estimado (R\$)				

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor global anual estimado do presente instrumento é de R\$ (.....), compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução deste contrato.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO SEGUNDO – A quantidade estimada de Unidades de Serviço (US), indicada no Anexo 3 do edital, não se constitui em qualquer compromisso futuro para SENADO, sendo apenas uma previsão de demanda.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento efetuar-se-á mensalmente, por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA, no prazo de até 9 (nove) dias úteis, contados após a emissão do Termo de Aceite, mediante o recebimento da nota fiscal com a discriminação dos serviços prestados, em 2 (duas) vias, acompanhada de cópia da(s) ordem(ns) de serviço, ressalvada a hipótese prevista no § 3º do art. 5º da Lei nº 8.666/1993 e será calculado da seguinte forma:

- a) Em uma mesma Ordem de Serviço poderão constar um ou mais tipos de serviços.
- b) A Ordem de Serviço deverá indicar o tipo de serviço e a quantidade de unidades de cada tipo de serviço executadas.
- c) A quantidade de cada tipo de serviço é proporcional ao índice referenciado na alínea “k”, Inciso II, da Cláusula Terceira deste contrato.
- d) No último dia útil do mês, para efeito de cálculo do pagamento, serão totalizadas as quantidades de Unidades de Serviço executadas e aceitas, por tipo de serviço, com base nas Ordens de Serviço.
- e) O total obtido será multiplicado pelo valor de uma Unidade de Serviço estabelecido na proposta da CONTRATADA, observando o preço de adjudicação do certame licitatório, e o produto obtido indicará o valor a ser pago.
- f) Os serviços extraordinários, realizados aos sábados, ou após o horário normal de expediente, durante os dias úteis, serão pagos com o acréscimo de 50% sobre o valor praticado em horário normal de expediente (de segunda a sexta-feira nos horários de 8h às 18h).
- g) Os serviços extraordinários, realizados aos domingos e feriados serão pagos com o acréscimo de 100% sobre o valor praticado em horário normal de expediente (de segunda a sexta-feira nos horários de 8h às 18h).
- h) Somente serão pagas as Unidades de Serviço referentes às Ordens de Serviços concluídas, e para as quais tenham sido emitidos os termos de aceite.

PARÁGRAFO QUARTO - O pagamento ficará condicionado à prévia atestação do gestor na nota fiscal/fatura, à apresentação da garantia prevista na cláusula oitava e à entrega dos comprovantes atualizados de regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de suspensão no pagamento.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO QUINTO - As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEXTO - Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal apresentada ou em caso de descumprimento pela CONTRATADA de obrigação contratual, o prazo constante do parágrafo terceiro desta cláusula será suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no parágrafo terceiro e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i / 365 \quad I = 6 / 100 / 365 \quad I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

O preço poderá ser reajustado após 12 (doze) meses contados da data da assinatura do contrato, observada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC ou por outro indicador que venha substituí-lo.

PARÁGRAFO ÚNICO - O primeiro reajuste levará em conta para fins de cálculo a variação do índice pactuado entre a data de apresentação da proposta e do primeiro aniversário do contrato, sendo que os reajustes subsequentes ocorrerão sempre nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período.

PARÁGRAFO SEGUNDO – É vedada a aplicação retroativa dos reajustes acordados.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA SEXTA - DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 65, §§ 1º e 2º, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho 037636 e Natureza de Despesa 339039, tendo sido empenhadas mediante a Nota de Empenho nº ____/2012.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para os exercícios futuros, o SENADO emitirá notas de empenho indicando a dotação orçamentária à conta da qual correrão as despesas, independentemente de celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA

A CONTRATADA prestará garantia de R\$ _____ (_____), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global deste contrato, nos termos do art. 56 da Lei nº 8.666/1993, em uma das seguintes modalidades:

- I - caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- II - seguro-garantia; ou
- III - fiança bancária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA tem o prazo de 10 (dez) dias corridos, a partir da data da assinatura deste contrato, para efetivar a prestação da garantia e apresentar o comprovante respectivo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A garantia será recalculada, nas mesmas condições e proporções, sempre que ocorrer modificação no valor deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de vencimento, utilização ou recálculo da garantia, a CONTRATADA terá o prazo de 10 dias, a contar da ocorrência do fato, para renová-la ou complementá-la.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO QUARTO – Nas hipóteses de a garantia ser prestada nas formas previstas nos incisos II e III, não se admitirá que os respectivos documentos contenham qualquer termo ou condição que limitem ou frustrem a plena execução do valor da garantia ofertada.

PARÁGRAFO QUINTO - A garantia será liberada após a execução plena deste contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, de acordo com a legislação em vigor.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá à Comissão Permanente de Gestão de Contratos do PRODASEN – GCONT, instituída pelo Ato da Diretoria-Geral nº 3817, de 2010, promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, observado o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 02, de 2008.

PARÁGRAFO ÚNICO - A CONTRATADA deverá indicar preposto, durante o período de vigência, para representá-la sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Pelo atraso injustificado na execução deste contrato ou pela sua inexecução total ou parcial, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o SENADO e seus órgãos supervisionados, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

IV - impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e descredenciamento no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 5 (cinco) anos; e

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao SENADO os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base nas alíneas III e IV desta Cláusula.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Sem prejuízo das sanções previstas nos incisos II e V desta Cláusula, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, a CONTRATADA ainda poderá ser impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o contraditório e a ampla defesa, sempre que ocorrer alguma das seguintes hipóteses:

- I – apresentar documentação falsa;
- II – fraudar a execução do contrato;
- III – comportar-se de modo inidôneo;
- IV – fazer declaração falsa;
- V – cometer fraude fiscal.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A ocorrência de alguma das hipóteses constantes do parágrafo anterior enseja a rescisão unilateral do contrato, sujeitando-se a CONTRATADA à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O atraso injustificado na execução deste contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre a parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO QUARTO – A não apresentação da garantia contratual prevista na cláusula oitava sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor global do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO QUINTO - Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos parágrafos terceiro e quarto, a critério do SENADO, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.

PARÁGRAFO SEXTO - Findo o prazo limite previsto no parágrafo terceiro sem adimplemento da obrigação, aplicar-se-á, cumulativamente, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida deste contrato, podendo ainda o SENADO, a seu critério, fazer uso da garantia prestada pela empresa e impor outras sanções legais cabíveis.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Além das multas previstas nos parágrafos anteriores, no caso deste contrato vier a ser rescindido por culpa exclusiva da CONTRATADA, será aplicada multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor global deste contrato, fixada, a critério do SENADO, em função da gravidade apurada.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO OITAVO – O atraso injustificado aos prazos estipulados no Inciso III da Cláusula Terceira sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades:

I – 20% do valor do serviço, por hora de atraso, para o caso de atendimento a ocorrências abertas no sistema SAACA, ou outro sistema que porventura venha a ser utilizado.

II – 10% do valor do serviço, por dia de atraso, para as demais ordens de serviço.

PARÁGRAFO NONO - A multa, aplicada após regular processo administrativo, garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou, se insuficiente, da garantia prestada na forma da cláusula oitava deste contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O valor remanescente da multa não quitada totalmente deverá ser recolhido à conta do SENADO ou, em último caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A rescisão deste contrato se dará por ato unilateral e escrito do SENADO, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A rescisão poderá ocorrer ainda da seguinte forma:

I - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para o SENADO; ou

II - judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do SENADO.

PARÁGRAFO QUARTO - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO QUINTO - Ao SENADO é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos §§ 1º e 2º do mesmo artigo, bem como as do art. 80 da referida lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

Este contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura e terá duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses a critério das partes e mediante termo aditivo, observado o art. 57, II, da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caso as partes não se interessem pela prorrogação deste contrato, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 90 (noventa) dias antes do término da vigência contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

PARAGRAFO TERCEIRO - O prazo de início das etapas de execução, de conclusão e de entrega poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificados os motivos, nos termos do art. 57, § 1º e seus incisos, da lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, ____ de _____ de 2012.

**DIRETORA-GERAL
SENADO FEDERAL**

**REPRESENTANTE
CONTRATADA**

DIRETOR DA _____

DIRETOR DA _____



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 179/2012

(Processo nº 029.029/11-2)

ANEXO 5

**MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA
DA LICITANTE VENCEDORA**

A licitante vencedora deverá enviar sua proposta de preços, juntamente com o instrumento de outorga de poderes do representante legal da empresa que assinará o contrato, conforme modelo abaixo, à Comissão Permanente de Licitação, nos termos do Capítulo XI - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____ / ____
Data de abertura:
Nome da empresa:
CNPJ:
Endereço:
CEP:
Telefone: (DDD)
Fax: (DDD)
e-mail:
Nome do Representante legal da empresa: (que irá assinar o contrato)
CPF: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)
RG/órgão emissor: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)
Instrumento de outorga de poderes: (encaminhar cópia do instrumento de outorga de poderes)

Item	Quantidade Mensal Estimada de US - Unidade de Serviço (A)	Especificação	Valor unitário da US - R\$ (B)	Valor mensal estimado – R\$ (C = A X B)
1				
Valor Global Anual Estimado (R\$)				



SENADO FEDERAL

Instruções de preenchimento:

A licitante deverá informar os preços do item e global da proposta.

O instrumento de outorga de poderes ao representante legal que irá assinar o contrato deverá ser encaminhado em anexo à proposta de preços.

Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos, e, caso o somatório ultrapasse duas casas decimais deverão os valores ser arredondados da seguinte forma: quando a casa decimal imediatamente posterior às duas casas decimais dos centavos for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada, **observando-se que o valor apresentado no lance final deverá ser de qualquer maneira preservado, procedendo-se os arredondamentos, quando necessários, nos valores parciais e/ou dos individuais dos itens.**

A proposta de preços deverá estar datada e assinada.



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 179/2012

(Processo nº 029.029/11-2)

ANEXO 6

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002.

Regulamenta a destinação, a ocupação e a utilização dos espaços físicos no Complexo Arquitetônico do Senado Federal.

A **COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, RESOLVE:

Art. 1º - O Complexo Arquitetônico do Senado Federal compreende:

- I - os espaços físicos localizados na Praça dos Três Poderes e adjacências, destinados ao funcionamento da Casa;
- II - os imóveis transferidos para a União por força da Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, e da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 1997;
- III - outras áreas no Distrito Federal destinadas ao uso do Senado Federal pela União;
- IV - os imóveis residenciais da União no Distrito Federal que constituem a reserva técnica do Senado Federal;
- V - a residência oficial do Senado Federal no Lago Sul; e
- VI - os imóveis residenciais reservados para o uso privativo dos senadores na SQS 309, Blocos "C", "D" e "G".

Parágrafo único - Os imóveis de que tratam os incisos V e VI serão disponibilizados com mobiliário e eletrodomésticos básicos.

Art. 2º - Os imóveis não residenciais são destinados à instalação e ao funcionamento dos serviços da Casa.

Art. 3º - Para o atendimento às atividades de apoio, assim consideradas aquelas desenvolvidas por terceiros e necessárias ao funcionamento da Casa, serão disponibilizadas áreas destinadas:

- I - à brigada de incêndio do CBMDF e à companhia da PMDF, ambas sediadas no Senado Federal;
- II - às equipes residentes e aos almoxarifados de terceiros que, por força de contrato/convênio, estejam obrigados a manter esses serviços nas instalações do Senado Federal;



SENADO FEDERAL

- III - à realização de eventos culturais, científicos ou tecnológicos;
- IV - à instalação de lanchonetes, restaurantes, barbearia, engraxataria, agência/posto bancário, agência/posto de correios e telégrafos e similares;
- V - às assessorias parlamentares dos poderes executivo, legislativo e judiciário; e
- VI - a outras atividades consideradas necessárias, segundo critérios definidos pelo Primeiro-Secretário.

§ 1º - Salvo na hipótese de comprovada ociosidade, não se admitirá a outorga a terceiros de qualquer área ou espaço necessários aos órgãos ou serviços do Senado Federal.

§ 2º - A utilização por terceiros de qualquer área, interna ou externa, compreendida no Complexo Arquitetônico do Senado Federal somente será outorgada a título oneroso, na forma deste ato e do ato da Comissão Diretora nº 20, de 2002, exceto:

- a) nas hipóteses de que tratam os incisos I e II; e.
- b) na hipótese do inciso III, quando o Presidente do Senado dispensar o ressarcimento.

Art. 4º - A solicitação de autorização para a ocupação dos espaços físicos do Complexo Arquitetônico do Senado Federal para uso não residencial será iniciada com a protocolização de processo administrativo contendo a identificação detalhada do interessado e o fim a que se destinará a área, sendo oportunamente juntados aos autos, conforme o caso:

- a) informações a respeito da localização, da metragem e da planta baixa do imóvel e da área;
- b) a relação dos equipamentos instalados e do mobiliário disponibilizado, na forma estabelecida por este Ato;
- c) a finalidade e o prazo da ocupação;
- d) os direitos, as obrigações e as penalidades a que se sujeita o utente, especialmente no que se refere à obediência às normas relacionadas com o funcionamento da atividade e às normas de utilização do imóvel;
- e) o valor e a forma de pagamento da participação do utente no rateio das despesas e o ressarcimento dos valores relativos aos custos de informática e telefonia.

§ 1º - Os valores objeto do rateio serão proporcionais à área ocupada e calculados na razão direta das despesas com os serviços de fornecimento de água e energia elétrica, segurança, conservação, manutenção e limpeza do Complexo Arquitetônico do Senado Federal.

§ 2º - Pelo uso de equipamentos telefônicos, o utente ressarcirá ao Senado, por linha instalada, o custo de manutenção da rede interna de telefonia e a tarifação corresponde a cada ramal instalado.



SENADO FEDERAL

§ 3º - Pela utilização de cada equipamento de informática do Senado, o utente pagará a taxa fixada na forma do § 4º.

§ 4º - O Diretor da Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio, após consulta aos órgãos técnicos, corrigirá anualmente os valores de que tratam os §§ 1º, 2º e 3º.

Art. 5º - A periodicidade dos pagamentos ao Senado Federal será:

- I - antecipada, quando se tratar de eventos culturais, científicos ou tecnológicos;
- II - semestral, no caso das assessorias parlamentares de que trata o inciso V do art. 3º; e
- III - mensal, nos demais casos.

Parágrafo único - Para os pagamentos semestrais, o utente providenciará o recolhimento ao Senado até o dia 30 de junho e até o dia 30 de dezembro de cada ano respectivamente, e, nos pagamentos mensais, até o último dia útil de cada mês.

Art. 6º - As ocupações das áreas destinadas ao funcionamento de restaurante, lanchonete, tabacaria e engraxataria serão licitadas na forma da lei e outorgadas mediante concessão de uso.

Art. 7º - As áreas não residenciais serão disponibilizadas a terceiros:

- I - no caso de concessão de uso para exploração de atividade licitada, serviços de restaurante, lanchonete, tabacaria e engraxataria, com o mobiliário e os equipamentos atualmente instalados;
- II - no caso de permissão de uso do Auditório Petrônio Portella para a realização de palestras, seminários, congressos ou simpósios de natureza cultural, científica ou tecnológica, bem como para a realização de solenidades de colação de grau, com o mobiliário e os equipamentos instalados, inclusive som e ar refrigerado;
- III - nos demais casos, sem mobiliário, equipamento, eletrodoméstico, acessório, objetos de decoração ou utensílio.

Parágrafo único - Havendo disponibilidade, as áreas poderão ser outorgadas com equipamentos telefônicos e de informática de propriedade do Senado, desde que solicitado pelo utente e mediante o respectivo pagamento.

Art. 8º - Ato do Diretor-Geral regulamentará a ocupação, por terceiros, de espaços e de imóveis no Complexo Arquitetônico do Senado Federal, bem como sobre os imóveis residenciais de uso privativo dos senadores e dos compreendidos na reserva técnica para uso de servidores.

Art. 9º - A ocupação de espaço físico será outorgada mediante autorização do Diretor-Geral.

Art. 10 - Ficam revogadas as autorizações e as permissões de uso e rescindidas as cessões de uso vigentes.

Art. 11 - No prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de publicação deste ato, a



SENADO FEDERAL

Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio encaminhará ao Primeiro-Secretário a relação das áreas ocupadas, com as informações sobre a situação de cada utente.

§ 1º - Considerando o interesse do Senado Federal e a natureza precária da ocupação de espaço físico por terceiros, o Primeiro-Secretário deliberará a respeito da matéria e publicará portaria indicando os utentes que permanecerão ou não instalados no complexo arquitetônico da Casa;

§ 2º - O utente em inadimplente para com o Senado, com relação à ocupação anterior, não será indicado a permanecer instalado na Casa.

§ 3º - Publicada a portaria do Diretor-Geral, o utente terá o prazo de:

I - 30 (trinta) dias, para a desocupação do espaço físico ocupado, se não tiver autorizada a sua permanência ou caso tenha manifestado interesse pela desocupação;

II - 15 (quinze) dias, no caso de autorização, para apresentar a Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio todos os documentos necessários.

Art. 12 - Fica convalidado o Ato da Comissão Diretora nº 30, de 1997, que regulamenta a Resolução nº 11, de 1996, que dispõe sobre o Comitê de Imprensa.

Art. 13 - Revogam-se os Atos:

I - da Comissão Diretora nº 20, de 1989; nº 7, de 1990; nº 47, de 1991; nº 24, de 1992; nº 45, de 1993; nº 51, de 1993; nº 14, de 1994, nº 6, de 1995; nº 22, de 1997; e nº 29, de 1997.

II - do Primeiro-Secretário nº 18, de 1983; nº 9, de 1993; e nº 4, de 2000.

Art. 14 - Este ato entra em vigor na data de sua publicação.